Informativo FUP | Boletim Especial Mulheres | 8 março 2018

Neste o8 de março, em que celebramos o dia internacional das mulheres, estamos na luta contra a presença das forças conservadoras nos espaços de poder da sociedade. Estamos sentindo os efeitos dessa incurssão em várias frentes, como a violação do estado laico e nos empecilhos criados para o debate público sobre os direitos de nós, mulheres, dos homossexuais e de todas as minorias.





A luta das mulheres brasileiras por direito e liberdade Recusar à mulh direitos en

Recusar à mulher a igualdade de direitos em virtude do sexo é renegar justiça a metade da população





Primeira mulher no CA da Transpetro



A representação da mulher petroleira na política



Queremos mais igualdade



Mulheres petroleiras discutem democracia

A luta das mulheres contra a opressão e pela emancipação feminina sempre foi a luta por direitos. As mulheres lutam por direito à liberdade, direito ao estudo, direito ao trabalho, direito a ter direitos. Suas lutas, ao longo da História, se entrelaçam com as lutas de toda a sociedade por liberdade e por democracia. No Brasil a luta das mulheres esteve nas cortes, nas senzalas; está nas periferias, no campo, nas fábricas e nos palácios. Embora a situação das escravas, das operárias e das camponesas não se assemelhasse nem se assemelhe a das mulheres da casa grande e dos salões, nas suas especificidades as mulheres eram, e ainda são, em alguma medida, subjugadas, exceção apenas das incontáveis heroínas e

HOMENAGEM

"Se cada homem fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso.

protagonistas da luta libertária das mulheres brasileiras.

As dores morais do negro passam despercebidas nas habitações do branco.

A esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela [a mulher] assumirá a posição que lhe compete nos pode somente consolar de sua sorte presente."

Nísia Floresta



Mulheres na luta pela democracia

A escravidão não teria sido abolida sem a luta dos Quilombos e sem a força do movimento abolicionista. E lá estavam as mulheres contra a escravidão, na luta por liberdade: Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Anastácia, Luiza Mahín, Zeferina, Maria Felipa, Maria Crioula, Maria Firmina, Tia Samoa, Carolina de Jesus, Chiquinha Gonzaga, e tantas mais que a História escrita não registrou.

A luta nacional, repleta de revoltas em cada região, é também a luta por liberdade, por democracia. E lá também estavam as mulheres, embora sem visibilidade nem registro. Era delas, das mulheres, o papel de suporte e construção da estrutura necessária aos revoltosos e da reconstrução de suas vidas após as batalhas.

A construção da República no país não foi capaz de garantir liberdade e democracia ao conjunto da sociedade brasileira, sendo a participação civil e política – o direito de votar e ser votado-reservada apenas aos homens da classe dominante. E lá novamente estão as mulheres a lutar por direitos e democracia.

A primeira greve geral no Brasil, em 1917, foi iniciada por operárias têxteis de São Paulo, reivindicando, entre outras demandas, aumento de salário e redução da jornada de trabalho.

Em 1932 a escritora nordestina e potiguar Dionísia Gonçalves Pinto, conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta, publicou o livro Direitos das mulheres e injustiças dos homens. Primeira obra no país a tratar dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho.

A bióloga Bertha Lutz, nascida no Rio de Janeiro, a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro (1918), criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922). Sua intensa militância foi determinante na aprovação do Decreto nº 21.076/1932, que garantiu o direito de voto feminino no Brasil.

O golpe de estado em 1937 interrompeu e atrasou a luta nacional por direitos e por democracia. O primeiro governo de Getúlio Vargas fechou o parlamento, cassou os comunistas, fechou os sindicatos,



MAIS DO QUE NUNCA

autorizou a deportação de Olga Benário direto para os campos de concentração do governo nazista.

A reconstrução democrática em 1946 com a convocação da assembleia nacional constituinte foi novamente interrompida com o golpe militar de 1964 e a instauração de um estado terrorista, que cassou as organizações políticas e exterminou a maioria dos que se opunham à ditadura militar.

A resistência ao estado de terror foi generosamente feita por homens e mu-

Iheres, que a História ainda não conseguiu registrar plenamente. A grande maioria não sobreviveu, como Dina Coqueiro, e nominá-las todas seria impossível, mas o Brasil não poderá nunca esquecer a altivez dos depoimentos de Gilce Consenza e Dilma Rousseff à Comissão da Verdade, referências da luta por direito e por democracia.

Em 2016, novamente, a normalidade democrática foi interrompida por um golpe de estado, que destituiu

a presidenta eleita Dilma Rousseff, em confronto aberto com o Estado Democrático de Direito, inscrito na Constituição de 1988.

Nos dias atuais, o aprofundamento do golpe em curso esmaga a liberdade e os direitos conquistados nos últimos setenta anos. E mais uma vez as mulheres, ombro a ombro com os homens, entrelaçam suas bandeiras com as da sociedade brasileira, em defesa dos direitos e da democracia.

Viva às mulheres!!!



Fórum Social: oportunidade de se discutir cidadania e igualdade de direitos

Ancestralidade, Terra e Territorialidade;

O FSM 2018 será realizado entre os dias 13 e 17 de março e terá como território principal o Campus de Ondina, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), mas outros espaços de Salvador também abrigarão atividades do evento no Parque do Abaeté, em Itapuã, ao Parque São Bartolomeu, no subúrbio, vários locais se tornarão territórios de diálogo e convergência do Fórum.

Apenas coletivos ou organizações podem inscrever Atividades que farão parte da programação do Fórum, e que serão autogestionadas. Ou seja, as organizações devem ficar responsáveis por definir os nomes de palestrantes e suas presenças em Salvador, por meios próprios e seu formato das atividades já a organização do FSM 2018 garantirá o espaço para a realização da atividade proposta e divulgação da mesma na programação no site do Fórum.

Resultado de um longo processo

de diálogo no Coletivo Brasileiro e consultas nacionais e internacionais, as Atividades poderão ser inscritas a partir de 19 eixos temáticos, que vão da

"Comunicação e Mídia Livre", passando por "Migrações" e "Vidas Negras Importam".

Para a edição do FSM 2018, a novi-

dade é unir aos eixos, lemas e bandeiras com o intuito de contribuir ao processo de mobilização e articulação das resistências entre si, que são abertos e podem ser propostos por redes, plataformas, organizações e movimentos sociais. Alguns já sugeridos em consultas feitas no site do Fórum são: "A vida não é mercadoria", "Nada sobre nós, sem nós", "Cidadania sem Fronteiras", entre outros.

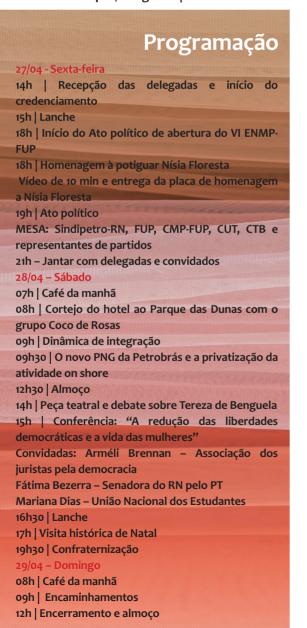
Comunicação, Tecnologias e Mídias livres; Culturas de Resistências: Democracias; Democratização da Economia; Desenvolvimento, Justiça Social e Ambiental; Direito à Cidade: **Direitos Humanos**; Educação e Ciência, para Emancipação e Soberania dos Povos; Feminismos e Luta das Mulheres; Futuro do FSM; LGBTQI+ e Diversidade de Gênero; **Lutas Anticoloniais**; Migrações; Mundo do Trabalho; Um Mundo sem Racismo, Intolerância e Xenofobia; Paz e Solidariedade; Povos Indígenas; Vida Negras Importam

Eixos temáticos do FSM 2018

Mulheres petroleiras discutem democracia

O 6° Encontro das Mulheres Petroleiras da FUP acontecerá de 27 á 29 de Abril 2018 no Rio Grande do Norte, sob a organização do sindicato Sindipetro RN. O evento contará com uma agenda intensa de atividade de reflexão e construção das mudanças necessárias a serem realizadas em nossa sociedade, no âmbito do trabalho e no sindicalismo para que cheguemos à igualdade.

O evento contará com um público de aproximadamente 50 mulheres, dirigentes e mulheres da base. Reforçamos a importância que cada entidade mande representantes, embora o público alvo sejam mulheres, as atividades também são abertas aos homens. Com o tema central "Mulheres na luta pela democracia" as petroleiras e petroquímicas analisarão a conjuntura nacional e internacional sobre o espectro da retirada de direitos e democracia, estarão na pauta Geopolítica do petróleo, violências e feminicidio, a participação política feminina, sindical, educação para igualdade e na questão racial. Debaterão sobre a Reforma Previdência, Trabalhista, sexualidade, controle sobre os corpos, e organização sindical.





LOCAL:
Natal-RN

DATA:
27 a 29/04

TEMA:
Mulheres na luta pela
democracia

O evento destaca a figura da Nísia Floresta, a primeira feminista brasileira

Durante o século XIX, o Brasil vivia sob um regime escravocrata e patriarcal: as mulheres brancas se europeizavam, enquanto as negras eram amas-de-leite; outras, igualmente pobres, tornavam-se vendedoras e quitandeiras, transitando no espaço público com maior frequência que a elite portuguesa; escravos alforriados possuíam outros escravos, mão-de-obra alugada das lavouras, residências e cidades.

Em meio a este contexto de antagonismos e desigualdades, nasceu Nísia Floresta, que, como escreveu Veríssimo de Melo: "a falta de divulgação de sua obra têm sido responsável pelo enorme desconhecimento de sua vida singular e de seus livros considerados de grande valor".

Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nascida em Papari — hoje cidade Nísia Floresta — Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810. De origem burguesa, era filha do advogado Dionísio Gonçalves Pinto Lisboa, português liberal e de personalidade progressista, casado com uma viúva brasileira. Como pertencente à elite nordestina, Nísia casou-se aos 13 anos de idade com o proprietário de terras Manuel Alexandre Seabra de Melo. Entretanto, sentia-se infeliz, e abandonou-lhe meses depois, retornando à casa de seus pais.

Naquele tempo, os conflitos pela Independência sacudiam a América Latina e, devido à forte onda de sentimentos antilusitanos, a família foi obrigada a deslocar-se diversas vezes, tendo se estabelecido em 1824 em Olinda, Pernambuco, onde Dionísio atuou como advogado.

Seu primeiro livro, "Direitos das mulheres e injustiças dos homens", foi publicado quando tinha 22 anos, e já na companhia de Manuel Augusto de Faria Rocha, estudante de Direito da Faculdade de Olinda, com quem teve três filhos. No mesmo ano da publicação, muda-se com sua família para Porto Alegre – estudiosos afirmam que tal fato deveu-se às constantes ameaças que recebia de seu primeiro marido que, inconformado com o abandono, estaria disposto a processá-la por abandono de lar e adultério.

A escolha de seu pseudônimo revela suas qualidades excêntricas: Floresta, referindo-se ao sítio onde nascera; Brasileira, referindo-se à necessidade da afirmação de seu nacionalismo; e Augusta, em homenagem a seu companheiro. Para Gilberto Freyre, Nísia Floresta

era "uma exceção escandalosa" ao comportamento característico das mulheres de seu tempo: "Verdadeira machona entre as sinhazinhas dengosas do meado do século XIX. No meio dos homens a dominarem sozinhos todas as atividades extra-domésticas, as próprias baronesas e viscondesas mal sabendo escrever, as senhoras mais finas soletrando apenas livros devotos e novelas [...], causa pasmo ver uma figura de Nísia".

Como educadora Nísia defendeu suas posições revolucionárias em obras e ensaios, enfatizando a temática feminina, e sendo considerada a primeira mulher a romper barreiras entre o público e o privado, em tempos em que a imprensa nacional engatinhava.

O pensamento de Nísia foi fortemente influenciado pelo filósofo Augusto Comte, pai do positivismo, com quem conviveu durante suas viagens à Europa. O pensamento positivista entendia as mulheres como importantes figuras sociais, dotadas de uma "identidade positiva" fundamental para o crescimento das sociedades.

O pensamento nisiano norteou a geração brasileira, como visto na obra de Joaquim Manuel de Macedo, "A Moreninha", considerado o livro pioneiro do Romantismo no Brasil. Nísia Floresta enfatiza o valor à atividade feminina de criação e cuidado dos filhos, e escreve em tom desafiador:

"Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens.

["...] as mulheres, encarregando-se generosamente e sem interesse, do cuidado de educar os homens na sua infância, são as que mais contribuem para esta vantagem, logo são elas que merecem um maior grau de estima e respeito públicos" (1).

Viva a nossa Nísia!

Que a partir desse nosso 6° encontro viverá em todas nós!

Neste clima de reflexão, estratégias e lutas as mulheres se reunirão e muitas coisas grandiosas nos esperam nestes dias, apresentação de vídeos, exposições de fotos, intervenções artísticas, oficinas, brindes, muita alegria e empoderamento.



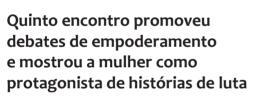












Em 2017, aconteceu o quinto encontro nacional das mulheres petroleiras na cidade de Curitiba e teve a intenção de discutir e ampliar a consciência acerca da condição social da mulher com foco na realidade da mulher petroleira.

O evento destacou a figura da ENEDINA ALVES MARQUES (Curitibana, 1913 – 1981). Ela foi a primeira engenheira negra do Brasil, formada em 1945, e a primeira mulher a concluir a graduação de engenharia no estado do Paraná.









O equacionamento da Petros e os impactos na vida das Petroleiras ativas e aposentadas e ainda das pensionistas



Marise Sansão

A Previdência privada sempre foi a porta de entrada para garantir a aposentadoria dos sonhos, após anos de vida laboral todo trabalhador deseja ter uma velhice digna e confortável. Hoje este sonho de milhares de aposentados e pensionistas do Plano Petros 1 tornou-se um grande pesadelo e sinônimo de longos dias de muitas dificuldades financeiras e sofrimento.

O Plano surgiu em 01 de julho de 1970, pouco tempo depois foi aprovada a Lei 6.435 que obrigou o regime de capitalização para Fundos de Pensão, ou seja, os recursos dos planos de benefício passaram a ter cobertura integral, elevando o déficit a 50% do patrimônio do PP1. Com o decreto nº 81.240 de 1978 foi implantada a obrigatoriedade da idade mínima de 55 anos (aposentadoria por tempo de contribuição) e 53 anos (regime especial).

Dentre inúmeras medidas ao longo dos anos o déficit chegou ao extremo de 120%, e em outro momento chegou a ser zerado em sua totalidade. Desde a sua criação o Plano Petros 1 apresenta um desequilíbrio financeiro, devido as distorções em seus cálculos; sofreu ajustes com aumento nas contribuições e aportes financeiros sem o conhecimento dos contribuintes.

Atua

Hoje com 43,64% um dos principais motivos alegados para o déficit é o baixo índice de investimentos, desde 2015 a meta anual não é alcançada e com a crise econômica do país, a situação só se agrava; alguns ativos sofreram redução de valores chegando a R\$ 1,21 BI como: NORTE ENERGIA, SETE BRASIL, FIP MULTINER, INVEPAR e VALE DO RIO DOCE.

Outro fator de desequilíbrio justificado é a mudança na composição familiar dos participantes e assistidos. Quando o Plano foi criado as contribuições eram baseadas em estruturas familiares com pouca diferença na idade entre o titular e o companheiro (a). Atualmente esse formato se inverteu; novas composições familiares foram reconhecidas como a relação homoafetiva; o plano precisa de mais recursos para garantir a efetivação dos benefícios, quadro este que só foi verificado tardiamente.

Outros motivos do aumento do déficit: Acordos de Níveis, retirada do teto operacional de 90%, aumento do valor dos benefícios concedidos em ações judiciais, pagamento de diferenças que chegam a R\$4 bilhões.

Equacionamento

A dívida das patrocinadoras não foi paga e o PP1 terá que equacionar o déficit com novos aportes financeiros que serão pagos mensalmente pelos participantes, assistidos e empresas, para equilibrar as contas e garantir a continuidade do pagamento de aposentadorias e pensões.

A proposta do equacionamento feita pela Petrobras e pela Petros é extremamente injusta com os aposentados, pensionistas que terão sua renda reduzida drasticamente no momento da vida que mais precisam. A maioria das mulheres aposentadas assume a responsabilidade da família e tem uma renda historicamente inferior a dos homens; com maiores cuidados com a saúde; apóia filhos e netos (atingidos pela crise e o desemprego). De onde vão tirar dinheiro para cobrir as dividas que estão por vir? Como sobreviver com uma redução tão grande como essa que está proposta pela Petros em benefícios já defasados, com perdas, especialmente nos benefícios da Previdência Social?

Não somos contra o equacionamento, mas, a favor de que ele seja realizado pelo valor mínimo possível que possibilite a reestruturação financeira a longo prazo, de forma menos nociva, retirando principalmente de nós mulheres a qualidade e dignidade de vida no tempo que nos resta à viver.

Quanto maior o valor a ser equacionado menor ficará a margem para empréstimos, e muitos participantes e assistidos serão afetados. Isso influenciará o próprio resultado dos investimentos da carteira de empréstimos, a qual tem ótimos resultados. Outro ponto muito prejudicial trata da indedutibilidade da Contribuição Extraordinária da base de cálculo do Imposto de Renda, o que também é prejudicial.

Outro aspecto grave é a exclusão de grupos (Pré – 70, pensionistas repactuadas). Essas contas deveriam ser pagas solidariamente por todos os grupos, pela Petrobrás, a qual não está cumprindo sua parte, e não pelos "Pós-70".

Diante do exposto concluímos que:

I- Nós mulheres do grupo "Pós - 70," quer participantes ou assistidas, sofreremos profundo abalo financeiro com a implantação do equacionamento, especialmente pelo valor máximo. II- Solidariedade de pagamento do déficit pelo valor mínimo entre todos os grupos para não sobrecarregar e inviabilizar a vida financeira desse grupo. III- A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Grupo de Trabalho (G.T) constituído por membros da FUP, FNP e Marítimos têm se empenhado para encontrar caminhos alternativos que solucionem essa tão grave questão, porém até o momento as patrocinadoras não acataram essas viáveis sugestões. IV- O Coletivo de Mulheres da FUP tem desenvolvido um trabalho à nível nacional, o qual tem merecido referências elogiosas, pelo fortalecimento, visibilidade e atuação da Mulher. É preciso observar que nos demais Planos (FUNCEF, POSTALIS, etc.) as consequências foram demasiadamente danosas, com graves problemas de saúde dos participantes e assistidos, com ocorrências emocionais como suicídios, destruição de vínculos familiares e outras situações mais graves, os quais podem se repetir com o nosso Plano.



Primeira mulher no CA da Transpetro

Nasci em Salvador em 24 de abril de 1980, em uma família sem posses. Tenho quatro irmãos.

Minha casa não tinha reboco, o chão era vermelho. Nessa época era normal que as filhas mulheres ajudassem as mães nas tarefas de casa, e no meu caso não foi diferente. Os irmãos mais velhos tomavam conta dos mais novos. Eu fui a filha do meio, minha irmã mais velha tomou conta de mim e eu tomei conta da mais nova. Revessávamos na faxina e com 12 anos de idade já ajudava minha mãe a cozinhar.

Na minha casa tínhamos um herói, nosso cachorro da raça pinscher- o toquinho, era a ele quem chamávamos para nos salvar quando aparecia um rato, barata ou aranha enquanto limpávamos a casa. Enfim, não tive luxo, mas uma coisa não me faltou: Educação.

Fui alfabetizada em casa pela minha mãe, ela tinha o magistério. Fiz o primário e o ginásio (hoje ensino fundamental) em escola particular e o ensino médio técnico em química no Centro Federal de Educação tecnológica da Bahia (CEFET-BA). Estagiei no Pólo Petroquímico de Camaçari e atuei na mesma empresa após o estagio através de Cooperativa prestadora de serviço, logo após trabalhei em outra empresa também do pólo Petroquímico em outra prestadora de serviço.

Consegui realizar um dos meus sonhos, através do meu trabalho, que era o de morar numa casa "rebocada", com parede emassada e pintada e com piso de cerâmica.



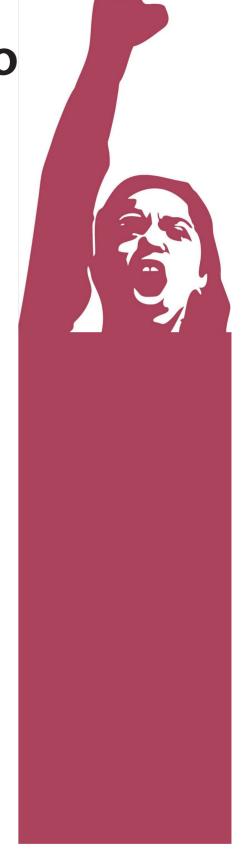
Mas outro sonho era latente, o da independência financeira e da estabilidade no emprego. Trabalhar como terceirizada não era fácil. Entre um projeto e outro, da empresa que contratava a terceirizada, fiz muitas entrevistas e a incerteza do emprego gerava uma angústia muito grande. Para ajudar em casa fiz curso de manicure e trabalhava no pequeno salão de beleza da família, com o dinheiro podia me deslocar para as entrevistas de emprego.

Soube do concurso da Transpetro por um colega, que foi admitido comigo no mesmo concurso. Não sabíamos exatamente qual eram as atividades de um operador na Transpetro e já tínhamos feito outros concursos da Petrobras, mas sem muita esperança pois quase não convocava. Ainda tive dúvidas entre concorrer pela vaga de técnica em química ou de operadora, mas tinham mais

vagas para operação e foi na fila do caixa para pagar a inscrição que marquei o "X" na vaga de operador. Graças a deus, fiz a escolha certa e isso já fazem quinze anos. Muitas conquistas vieram após a minha admissão na transpetro. Hoje eu tenho a minha própria casa, posso pagar um bom plano de saúde para a minha mãe. Fiz faculdade, me formei em administração de empresas. Tenho família e dois filhos, meu marido também trabalha na transpetro, e o que não pode faltar para os meus dois filhos, é o mesmo que não faltou para nós dois: Educação.

Aceitei o desafio e me candidatei ao Conselho de Administração da transpetro. Hoje sou a Conselheira eleita pelos trabalhadores. Não é fácil dividir o tempo entre a atividade profissional, de dona de casa e de mãe. Mas procuro dar o melhor de mim, pois acredito que podemos lutar por um Brasil melhor para nós mesmos e para as gerações futuras, isso inclui os meus filhos. Quero que eles tenham a oportunidade e o direito de escolha, que seus pais tiveram, de prestar Concurso público e ingressar no Sistema Petrobras. O concurso público é a forma mais democrática de ingresso nas empresas públicas e de economia mista, é através dele que brasileiros de raças, crenças, opção sexual, deficiências diversas podem disputar uma vaga de emprego de igual para igual. Isso passa pela minha luta no Conselho, o de manter a Transpetro 100% Integrada ao Sistema Petrobras, que emprega através de Concurso Público.

Defender a Transpetro é Defender a Petrobrás e o Brasil. A Transpetro é patrimônio de todos os brasileiros.







REFORMA GOLPISTA: INTERVALO INTRAJORNADA REDUZIDO



REFORMA GOLPISTA: GESTANTE EM LOCAL INSALUBRE





A representação da mulher petroleira na política

Sou Maria Náustria de Albuquerque, filha de agricultores, vim do interior do Ceará e Carioca de coração. Me graduei em História pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fiz Pós-Graduação em Responsabilidade Social e Terceiro Setor pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e me tornei Especialista em Gestão Estratégica e Políticas Públicas pela Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. Sou professora de formação e concursada da Petrobras Distribuidora, e sigo trabalhando no Sistema Petrobras desde novembro de 1990.

Sou militante social desde os 15 anos de idade, quando comecei nas CEB's Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Juventude e Pastoral da Terra, Associação de Moradores, e em 1985 passei a fazer parte do PT (Partido dos Trabalhadores). Em 1996 fui candidata à Presidenta do SITRAMICO (Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro) numa chapa de oposição, basicamente composta por mulheres numa categoria majoritariamente masculina. Essa foi uma experiência muito marcante, pois tivemos 30% da votação da categoria, algo bastante significativo à época e representou uma grande vitória, apesar das condições muito adversas. Ocupei as funções de Diretora da CUT - Central Única dos Trabalhadores e de Dirigente do PT-RJ. Também fui cedida para ocupar a assessoria do Mandato do Senador Geraldo Cândido por 4 anos. Trabalhei



por 6 anos como Consultora no E&P (Exploração e Produção), na área de Responsabilidade Social. Depois, fui Coordenadora de Relações Institucionais na Petrobras Biocombustíveis, trabalhando diretamente com o Ex-Presidente Miguel

Hoje o momento político no Brasil é bastante grave. Vivemos um golpe que trouxe perdas de direitos trabalhistas, grande retrocesso das políticas sociais, privatizações, mais de 12 milhões de desempregados. O país voltou ao mapa da fome, e consequentemente, o aumento de violência e da miséria. No estado do Rio de Janeiro, a situação é agravada pelo desmonte da educação (a exemplo do que vem ocorrendo na UERJ) e da saúde pública (sucateamento dos hospi-

tais, precariedade nas condições de trabalho e atendimento), o não pagamento de servidores e aposentados, e principalmente o desaquecimento da indústria de petróleo e gás, da indústria naval, que resultou em milhares de demissões e grave crise nos negócios relacionados com o segmento, um verdadeiro desmonte do setor petroleiro fluminense.

A força da política neoliberal imposta aos países da América Latina ao longo dos anos 80 e 90 do século passado foi avassaladora e bastante destrutiva no tocante à políticas públicas, violações de direitos e desenvolvimento social. Agora vivemos um momento semelhante, entretanto, agravado pela atual crise do capitalismo. No processo de corte de verbas para políticas públicas e retirada de direitos, nós mulheres somos muito afetadas pelo desemprego, crise na saúde e problemas na educação, tudo em função do papel de cuidadora que acaba recaindo sobre nós. E para as mulheres pretas o cenário é ainda mais perverso, o racismo estrutural faz com que mulheres negras tenham menores salários, menos acesso aos cargos de poder e ainda, são as maiores vítimas de violência.

O Executivo que comanda o país ocupou o Palácio do Planalto por meio de um golpe que retirou a Presidenta Dilma Rousseff eleita com cerca de 54 milhões de votos. O nosso Legislativo é bastante conservador e pouco representativo da realidade brasileira (por exemplo, são menos de 10% de mulheres na Câmara dos Deputados), as respectivas bancadas temáticas defendem interesses individuais, sem qualquer compromisso

verdadeiro com o país ou com o povo. Na esfera estadual o cenário é bastante semelhante.

É fundamental aumentar a participação política das mulheres na sociedade, diante da evidência de que o número de vereadoras, deputadas, senadoras, prefeitas, governadoras é ainda muito pequeno. Somos cerca de 52% do colégio eleitoral, mas somos muito poucas com cargos eletivos. A política sempre foi um espaço masculino e hostil para as mulheres, sabemos que participação política é algo mais amplo do que ocupar cargos nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas ou Federal: significa participar de sindicatos, associações de classe, de associações de moradores, de movimentos de mulheres, fóruns de cidadania, ter voz na sociedade, realizar ações concretas para melhorar a vida da população. As mulheres estão presentes nestes espaços, mas com pouca ocupação em cargos de poder. Ao longo do século XX estivemos sempre presentes na vida social e nas suas lutas, nem por isso ingressamos mais facilmente no mundo formal da representação política.

Precisamos repensar a lógica e a prática da política, aumentar a representatividade real, com forças progressistas assegurem a compreensão da diferença e respeitem os preceitos básicos da Democracia. Afinal, desenvolvimento econômico e social, investimento em emprego, saúde e educação, políticas públicas, retomada dos setores industriais estratégicos são alguns pontos essenciais para que o Brasil volte a ser "Um país de todos e todas".

REFORMA GOLPISTA: DANOS MORAIS



REFORMA GOLPISTA: CONTRATO EM TEMPO PARCIAL



REFORMA GOLPISTA: PAUSA PARA AMAMENTAÇÃO



Queremos mais igualdade Indica

Indicadores de Gênero em prol do empoderamento das mulheres na Petrobrás.

Quando analisamos dados relativos à participação das mulheres no mercado de trabalho, é possível perceber que há ainda, grandes desafios a serem enfrentados para a promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Na população economicamente ativa (PEA) cerca de 42% das pessoas ocupadas são mulheres, as mulheres ainda encontram piores condições de trabalho, salários mais baixos e sofrem com o acúmulo de tarefas relacionadas a dupla jornada de trabalho. Também sofrem sistematicamente com a discriminação e a violência nas suas relações de trabalho.

As desigualdades podem ser percebidas também com relação à remuneração. Mesmo sendo mais escolarizadas, as mulheres ganham menos. A média de anos de estudo das mulheres ocupadas é de 9,2 anos, ao passo que dos homens é de 7,9. Ainda assim, as mulheres ganham menos que os homens.

Quanto aos cargos de liderança, as diferenças entre homens e mulheres são visíveis. As diferenças não só aumentam à medida que os níveis de chefia são mais altos, como representam desigualdades profundas. Nos níveis mais altos de chefia nas organizações, para cada mulher, há 6 homens. Em cargo de segundo e terceiro escalão, há respectivamente 3,5 homens para cada mulher e 2,7 homens para cada mulher. Muitos desafios ainda temos que enfrentar na busca por igualdades nas empresas.

É para lidar com estes obstáculos, que o Programa Pró-Eqüidade de Gênero e Raça foi criado. O trabalho das mulheres não acontecerá em igualdade de condições sem que ações do poder público e das empresas busquem alterar as relações de trabalho, e sem que estejam atentas para a alta carga de trabalho sobre as mulheres. Isto implica estabelecer a responsabilidade compartilhada sobre os cuidados reprodutivos, incluindo os cuidados com os filhos, com o lar, com idosos, idosas e enfermos, entre outros, atualmente quase sempre por incumbência das mulheres.

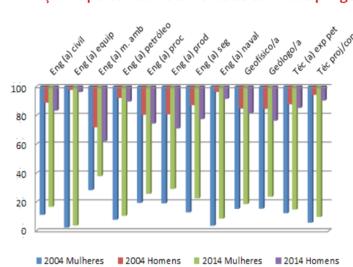
Por isso a reativação da sub comissão de diversidade de Gênero e Raça na Petrobrás em parceria com o Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP é muito importante.

O resultado que esperamos, em primeiro lugar, a adoção de práticas de igualdade étnica racial e de gênero de forma sistemática, como um instrumento de gestão que contribua para o alcance de bons resultados mensuráveis que retratem maior igualdade entre mulheres e homens na empresa.

REFORMA GOLPISTA: JORNADA DE TRABALHO 12 X 36



Evolução de percentual de carreiras selecionadas por gênero 2004 - 2014

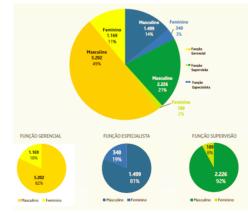


Evolução do efetivo por gênero e nível



A força de trabalho tem se renovado e, após uma década, as petroleiras já representam 17,5% do efetivo, distribuídas em diversos cargos e presentes em todas as áreas da empresa. Os indicadores assinalam que algumas barreiras já começam a ser transpostas. Um dos facilitadores tem sido o programa de capacitação, que tem contribuído para a ascensão desse público em cargos decisórios, de liderança, a favor do empoderamento feminino no trabalho. Contudo, novas pesquisas e análises são necessárias para a construção de um diálogo participativo que alcance o resultado almejado.

Funções gratificadas por gênero



Tempo de companhia por gênero



O gráfico indica que, de acordo com percentual feminino no Sistema Petrobras, de 17.5%, a holding está bem representada nas funções gerenciais: um total de 18%, e de especialista 19%. Apenas nos cargos de supervisão estamos abaixo da nossa representação, com cerca de 8%.

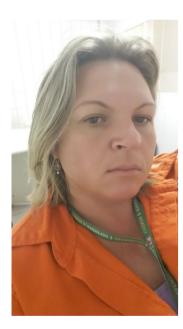
É claro que ainda temos muito a avançar, mas as políticas internas da empresa, aliadas as políticas públicas, procuram incentivar o grupo para caminhar em direção ao topo de suas carreiras, aumentando a representatividade e a voz das petroleiras. No geral, estamos com um percentual de aproximadamente 16% do efetivo feminino distribuído em funções gratificadas. Fonte: Petrobras

riado em 2012 durante a III Plenafup e é resultado dos encontros regionais de mulheres petroleiras, em abril de 2013 realizamos o I Encontro Nacional de Petroleiras da FUP, com objetivo de construirmos uma pauta específica para o ACT, estabelecemos a coordenação do Coletivo e seguimos com a organização das mulheres petroleiras nacionalmente.

Na negociação do ACT 2013/2015 tivemos um destaque com a mesa das mulheres com a então presidente Graça Foster. O processo negocial muito positivo realizado pela FUP com protagonismo feminino resultou em diversas cláusulas de proteção ao trabalho das mulheres, entre elas o aumento da Licença Paternidade, o Auxílio-Creche/Acompanhante, a Extensão da Licença Maternidade – Parto de Prematuro, a Garantia à trabalhadora grávida ou que esteja amamentando do trabalho em áreas fora de risco, a Diária Hospitalar de Acompanhante para parturientes, o Auxílio Cuidador PAE, o Auxílio Cuidador da Pessoa Idosa, a de Movimentação de empregados e Preservação Familiar, as questoes de EPI e Instações de banheiros e vestiários conforme NR 24 e a clausula sobre Diversidade.

Desde então as mulheres cresceram na organização sindical petroleira, com a realização de encontro anuais, revistas e jornais especiais, mesas de debate de gênero nos congressos da FUP, para todos os delegados, homens e mulheres, até a construção de Políticas Afirmativas de Gênero dentro da FUP e a aplicação das cotas na direção.

Hoje a FUP possui 8 dirigentas que participam ativamente das decisões e trabalhos realizados na FUP:



Em tempos difíceis,onde nossos direitos e conquistas são usurpados diariamente é fortalecedor estar entre pessoas que lutam e resistem a tudo isso. A FUP representa o coletivo a FUP somos todos nós.

Rosana do Carmo Novacowski, diretora do Sindiquimica PR e membro do conselho fiscal da FUP



Estar na Federação representando minhas colegas do Espírito Santo é uma grande responsabilidade e uma grande honra. Foi um espaço conquistado com a luta do coletivo de mulheres, do qual também tenho orgulho de participar.

Priscila Patricio,Secretaria de comunicado

Secretaria de comunicação do Sindipetro ES e Suplente da FUP



COLETIVO NACIONAL DE MULHERES PETROLEIRAS DA FUP NA FUP



Federação Única dos Petroleiros (FUP) foi criada em 1994, fruto da evolução histórica do movimento sindical petroleiro no Brasil mas só 23 anos depois, em 2017, a quantidade de mulheres integrantes da instituição reflete a crescente presença das mulheres na Petrobrás.

Entre titulares e suplentes, membros da diretoria e do conselho fiscal hoje somos 8 mulheres na FUP, e é não só um privilégio mas também uma honra ter sido eleita para integrar este time e estar ao lado dessas mulheres e homens tão fundamentais na luta pelos nossos direitos!

Andressa Delbons, diretora de base do SINDIPETRO CAXIAS e suplente no conselho fiscal da FUP

Ampliar e fortalecer a organização do sindicalismo petroleiro são necessidades da categoria petroleira, além de se constituírem em uma exigência da luta de resistência para interromper o golpe, recompor a soberania nacional e o estado democrático de direito.

Fafa Viana, diretora do Sindipetro RN e secretária de formação da FUP





Em pouco tempo avançamos muito na organização das mulheres dentro da FUP, foi um processo de grande aprendizado e muito compensador. Hoje a FUP possui no comando petroleiras guerreiras e feministas muito dispostas a fazer a luta na defesa dos direitos da categoria!

Anacélie Azevedo, Secretária Geral do Sindipetro PR, Suplente da FUP e SC e Secretária das Mulher Trabalhadora da CUT PR.



A igualdade de direitos e de oportunidades entre as pessoas tem se constituído em missão norteadora de organismos e instituições que pautam as suas ações pelo ideal de construção de uma sociedade Democrática e cidadã.

Nesse sentido a FUP avançou significativamente efetivando na pratica a participação das mulheres para que juntos homens e mulheres possam defender os interesses da categoria e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Rosangela Santos,

Coordenadora do coletivo de mulheres petroleiras, diretora do sindipetro Ba e diretora de SMS da FUP



Essa nova gestão da FUP que assumiu em agosto trouxe grandes renovações e novidades, se somando com a experiência e bagagem de anos de luta. O fortalecimento das mulheres na estância máxima da nossa organização sindical é essencial para diversificar o olhar e fortalecer a nossa atuação na representação e defesa de itens mais sensíveis à mulheres e debate de gênero como um todo. Neste sentido ter assumido a responsabilidade de estar na secretaria de administração e finanças demonstra o compromisso da FUP com o empoderamemto feminino na direção.

Cibele Vieira, diretora de Sindipetro Unificado e diretora de Finanças da FUP

A igualdade passa pela mudança na Cultura e na forma de organização. Nossa pauta passa a ser efetivamente conjunta quando nos inserimos na organização FUP, que nos representa.

Mirian Cabreira, diretora do Sindipetro RS e suplente da FUP

Carla Lopes - 02/03/2018 Diretora Sindical Sindipetro Caxias

Hoje trilhei mais uma etapa rumo ao Empoderamento Feminino através da qualificação profissional com a aprovação da defesa de Mestrado de Sistemas de Gestão com ênfase em Responsabilidade Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF em parceria com a Universidade Petrobras,

Carla Lopes recebe o título de mestre em Sistemas de Gestão ao defender o empoderamento feminino

intitulada Mapaeamento de Ouestões Afirmativas de Gênero: Um Estudo Documental do Setor Empresarial em Diferentes Setores Produtivos, sob orientação da professora Maria de Lurdes costa Domingos.

O trabalho consistiu em mapear a aplicação de Políticas Afirmativas de Gênero para a formação de novos valores corporativos do setor empresarial em diferentes setores produtivos. Buscou-se abordar o Histórico de Luta das Mulheres ao longo dos anos, os pontos principais do movimento feminista e suas reinvindica-

cões, à conquista dos direitos das mulheres e dos movimentos sindicais e sua interação com as cláusulas sociais que tratam Direitos Humanos e dos Direitos das Minorias nos acordos coletivos.

O processo de negociação coletiva tem favorecido a implantação de Políticas Internas e de Ações Afirmativas que corroboram para a transformação da Cultura Organizacional, viabilizando ações que impactem diretamente no combate à essas desigualdades de Gênero no Trabalho em Prol do Empoderamento Feminino.

Pedaços de mim: livro de poesias



Pioneiras na indústria de petróleo



A geóloga Robbie Rice Gries publicou uma pesquisa sobre mulheres pioneiras nas geociências do petróleo desde 1917 a 2017. Batizada de Anomalies: Pioneering Woman in Petroleum Geology, a ideia da publicação era contar a história das mulheres pioneiras na indústria de petróleo, que até os anos 80 era predominantemente masculina. Sylvia Anjos é uma das mulheres pioneiras da geologia de Petróleo no Brasil e sua história foi incluída no livro.

Sobre a presença de mulheres no mercado de trabalho ela diz que "o tratamento diferenciado atualmente é uma coisa meio subliminar, mas existe. A mulher para ter o mesmo reconhecimento que o homem precisa fazer muito mais".

Democracia se faz com igualdade de gênero

Em julho de 2017, durante o XVII Confup aconteceu importante discussão de gênero, com a mesa "Democracia só é possível com igualdade de gênero" que reuniu a professora da UFBA - Universidade Federal da Bahia, Bianca Daebs e a Deputada Federal, Alice Portugal (PCdoB/BA).

Bianca Daebs, posicionou a mulher no tempo histórico e citou a importância de repensar enquanto cidadãs ativas da sociedade.

Em seguida a luta pela representatividade surgiu com a briga pelo direito de votar e ser votada e ainda no final do sec. XVIII pelo direito ao divórcio, já que na época estavam inseridas no mercado e ainda precisavam se submeter aos mandos de seus maridos e relações abusivas.

A Deputada Alice Portugal lembrou que nos últimos anos as mulheres haviam avançado muito, a conquista mais recente a aprovação da legislação para a trabalhadora doméstica que é considerado por ela como o último elo de ligação do país com o traba-Iho escravo.



REGIME DE TELETRABALHO

Petrobrás vai implantar regime de teletrabalho

O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, vai dar um tiro de morte na "Petrossauro". A empresa, sob sua gestão, está promovendo silenciosamente a maior revolução digital do trabalho que já se viu na esfera do Estado e dificilmente comparável mesmo entre corporações do setor privado. A Petrobras vai implementar o regime de teletrabalho, que permitirá a seus funcionários atuarem de forma remota em alguns dias da semana. O projeto-piloto será implementado de forma gradativa, em cinco "ondas", com a meta de atingir 1,2 mil empregados até outubro.

A primeira "onda", prevista para fevereiro, envolverá 200 funcionários do RH e do departamento jurídico. A segunda, 100 trabalhadores das equipes de responsabilidade social e saúde, meio ambiente e segurança (SMS). A terceira etapa atingirá 150 pessoas da área de projetos de sistemas de superfície. A quarta e a quintas fases englobarão, respectivamente, 300 e 450 colaboradores, das áreas de Gestão Integrada de Exploração & Produção, Refino & Gás, Comunicação, Estratégia, Finanças, Conformidade e Tecnologia da Informação.

Principais desvantagens do teletrabalho

. Os teletrabalhadores por trabalharem sozinhos sofrem de isolamento. Mesmo estando em constante contato com a empresa para a qual trabalham (muita vezes exclusivamente pela via electrónica), não é igual a contacto e interação pessoal. Um dos benefícios do ambiente de trabalho numa empresa é a possibilidade de socializar com os restantes trabalhadores, durante pausas ou horário de expediente. O ideal é que os teletrabalhadores sejam chamados a frequentar acções de formação e a participar em reuniões da empresa. Estes factores terão ligação directa com a qualidade do seu trabalho.

. O teletrabalho pode ter um impacto menos positivo sobre o progresso na carreira. Os trabalhadores que desempenham as suas funções através de teletrabalho precisam de se assegurar que os supervisores e colegas de trabalho estão perfeitamente conscientes que eles também fazem parte da equipa, mesmo estando a trabalhar fora do espaço físico da empresa. . É preciso muita disciplina para ser um teletrabalhador eficaz. Tornase fundamental saber gerir eficientemente o tempo de trabalho e a produtividade, para que o trabalho seja feito no tempo previsto. . Muitas vezes, existe a tendência para a entidade patronal tratar o teletrabalhador como um "trabalhador normal", mas ao mesmo tempo classificá-lo como "trabalhador independente" para evitar o pagamento de benefícios e custos com a segurança social.

. Trabalhar fora do ambiente da empresa pode acarretar um maior número de distrações. Se o teletrabalhador desempenhar as funções a partir de casa, crianças ou animais de estimação podem requisitar demasiada atenção, desviando o trabalhador do seu trabalho. Os empregadores precisam de ter a certeza que o teletrabalhador sabe impor limites e que na hora de trabalho, a família está em segundo plano.

. As condições de trabalho fora da empresa podem não ser as mais apropriadas para trabalhar, em especial as condições ergonómicas, o que pode levar a uma diminuição do desempenho do teletrabalhador;

. O teletrabalho pode ter consequências negativas para a segurança da informação da empresa. Em situações de teletrabalho levantamse problemas não só confiabilidade e integridade, como também de copyright intelectual.

. Umas das principais razões para o teletrabalho ser considerado pouco eficaz é o fato de nem todos os trabalhadores serem indicados para desempenhar as suas funções através deste método. Algunsteletrabalhadores podem abusar da confiança dada pela empresa e ocupar-se de tudo menos do seu trabalho, acabando por reduzir drasticamente a sua produtividade. Para que esta forma de trabalho seja bem sucedida, a empresa precisa de recrutar colaboradores que estão capacitados para trabalhar sem supervisão direta. Trabalhadores que saibam e estejam confortáveis em trabalhar a partir de casa, ou outra localização que não a empresa, mas que mesmo assim sejam capazes de se centrar nas suas funções laborais.

MANTERRUPTING - Quando um homem interrompe uma mulher de forma desnecessária, conscientemente ou não.

Como funciona o 'manterrupting' O termo surgiu com o artigo "Speaking while Female" (falando enquanto mulher), publicado em 2015 no "The New York Times", escrito por Sheryl Sandberg, chefe de operações do Facebook, e Adam Grant, professor da escola de negócios da University of Pennsylvania. A dupla citou um estudo feito por psicólogos de Yale que mostra como senadoras americanas se pronunciam significamente menos que seus colegas masculinos de posições inferiores.

> Glossário Vários termos têm sido criados para sinalizar machismo nas relações sociais e qualificar o comportamento masculino em relação a uma mulher em diferentes situações. Conheça mais alguns deles:

BROPROPRIATING Apropriar-se da ideia de uma mulher e levar o crédito por ela.

MANSPLAINING Uma explicação pormenorizada de um assunto óbvio, dado pelo homem por acreditar que a mulher não entende.

1 MÊS DEPOIS...

DEU

1650 DAS 18400 AS 22430

REFORMA GOLPISTA: CONTRATO INTERMITENTE

SÓ VOU PRECISAR DE VOCÊ HOJE,

GASLIGHTING Uma espécie de manipulação psicológica que leva a mulher a achar que está louca ou equivocada sobre determinado assunto, sendo que está originalmente certa.



LUGAR DE MULHER É NA LUTA























